

Plano de Trabalho

PEA Rendas do

Petróleo

Revisão 03

Plano de Trabalho

Projeto de Educação Ambiental

Rendas do Petróleo

Tecendo Participação Popular

(Processo IBAMA nº 02001.010168/2019-67)

Revisão 03

Outubro/2021

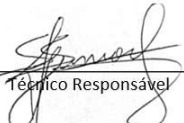
SUMÁRIO

I. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	1
II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	2
III. RECORTE ESPACIAL.....	3
IV. PÚBLICO DEFINIDO.....	4
V. OBJETIVOS.....	7
V.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA FASE I.....	7
VI. METODOLOGIA CONSOLIDADA.....	8
VII. ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.....	23
VIII. METAS, INDICADORES E RESULTADOS ESPERADOS.....	24
IX. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS.....	24
X. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS.....	24
XI. CRONOGRAMA FÍSICO.....	27
XII. RESPONSÁVEL TÉCNICO E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL.....	28
XIII. BIBLIOGRAFIA.....	25

ANEXO I – CRONOGRAMA FÍSICO

ANEXO II – FLUXOGRAMA SINTÉTICO

ANEXO III – MATRIZ DE MARCO LÓGICO


Técnico Responsável


Técnico Responsável

Plano de Trabalho

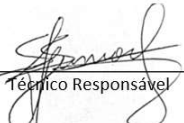
Revisão 03

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento apresenta o *Plano de Trabalho do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rendas do Petróleo - Tecendo Participação Popular*, no âmbito dos Programas de Educação Ambiental de São Paulo (PEA - SP) e do Rio de Janeiro (PEA-Rio), em consonância com a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10, desenvolvidos na área de influência dos empreendimentos de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás da Bacia de Santos nas regiões 3 e 4, litoral de São Paulo e litoral do Rio de Janeiro (de Paraty a Maricá). O **Rendas do Petróleo** foi exigido como medida mitigadora no processo de licenciamento ambiental da atividade de produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3 (Condicionante n° 2.18 da Licença Prévia n° 601/2019) - conduzido pela CGMAC/IBAMA. Esse projeto, que recebeu o número de processo específico n° 02001.010168/2019-67, atuará na Linha de Ação B (controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural), conforme documento de justificativa aprovado por meio do PAR 115/2019-COPROD/CGMAC/DILIC, recebido em 09/04/2019.

Esse plano prevê a duração de três anos para a Fase I do projeto, sendo precedida por seis meses para planejamento e sucedida por um ano de transição para a Fase II, o que resultaria em um contrato de execução com duração de quatro anos e meio, conforme apresenta o cronograma físico (Anexo I).

O presente documento consiste na Revisão 03 do Plano de Trabalho, que originalmente foi apresentado por meio da Carta UO-BS 305/2019, protocolada em 07/06/2019, e teve sua Revisão 01 apresentada por meio da Carta UN-BS 0028/2019 em 13/12/2019. A Revisão 01 se baseou no resultado dos debates realizados durante a Oficina de Planejamento Metodológico do projeto, que aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro de 2019, no Rio de Janeiro-RJ, e foi registrada em relatório específico protocolado no órgão ambiental. A oficina teve o objetivo de compartilhar as experiências e lições aprendidas ao longo da execução dos PEAs Territórios do Petróleo e NEA-BC, e contou com a participação de representantes das unidades de negócio e corporativo da Petrobras, consultorias e órgão ambiental, permitindo qualificar a definição da metodologia a ser considerada nesse Plano


Técnico Responsável


Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

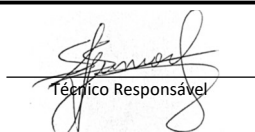
de Trabalho. A revisão 02, enviada com a carta UN-BS 0082/2020 e protocolada em 12/02/2020 se baseou nas observações realizadas pelos analistas ambientais do Ibama/CGMAC em reunião realizada em 22/01/2020 e nas considerações do Parecer Técnico nº 27/2020- COPROD/CGMAC/DILIC emitido em 27/01/2020. Junto com a carta SMS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGUP-LIBRA-BUZIOS 0095/2021, no dia 21/05/2021 (10017115), foi protocolado o Plano de Trabalho Detalhado, que citou as ações de contingência propostas para a situação da pandemia do COVID19, mas não chegou a ser considerado uma nova versão do Plano. Por fim, esta versão 03 do Plano de Trabalho foi elaborada em oficinas pela equipe executora do projeto durante sua Etapa de Planejamento que ocorreu no segundo semestre de 2021.

II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Conforme documento de justificativa sobre a escolha da Linha de Ação B, prevista na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010, existe um impacto associado ao recebimento de Royalties e Participações Especiais nos municípios inclusos nessa proposta de projeto. Além disso, a população afetada por esse impacto desconhece as formas de monitorar as informações relativas a esse assunto e de intervir nas decisões sobre o uso desses recursos, isso quando não é de desconhecimento o próprio recebimento deles.

No que se refere ao monitoramento das informações relativas às rendas do petróleo, esse PEA será subsidiado por um programa denominado “Programa Macrorregional de Caracterização das Rendas Petrolíferas (PMCRP)”, no âmbito do Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural (Plano Macro), proposto pelo IBAMA, no âmbito do licenciamento ambiental, a ser executado como um dos programas do Eixo 1 - de monitoramento – desse plano. Esse programa proporrá indicadores para a avaliação do grau de dependência dos orçamentos municipais das rendas petrolíferas.

No que se refere à intervenção nas decisões sobre o uso das rendas petrolíferas, compreende-se aqui que a participação política qualificada, que potencialmente gera transformação social, não é uma conduta óbvia dos indivíduos, é algo que se apreende na e com a prática e sob certas condições. Isto é, só se efetiva por meio de um conjunto de recursos materiais e cognitivos de organização (QUINTAS, 2009; ALONSO et al, 2001).



Técnico Responsável



Técnico Responsável

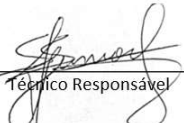
Essa realidade aplica-se aos processos de monitoramento, fiscalização do uso e de decisão sobre a aplicação das rendas petrolíferas, que não tem contado com controle social. Nesse sentido, a busca pelo aumento da participação popular nos processos decisórios sobre o uso das rendas petrolíferas torna-se uma tarefa primordial da educação ambiental. Portanto, está se propondo no presente projeto uma educação ambiental crítica¹, transformadora e emancipatória, fundamentada na horizontalidade do processo de ensino-aprendizagem. Em outras palavras, o processo formativo do Rendas do Petróleo pretende se efetivar por meio da construção coletiva com o seu público.

III. RECORTE ESPACIAL

Propõe-se a execução do projeto nos municípios de Maricá, Niterói, Guapimirim e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, e Caraguatatuba, Ilhabela, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia, no Estado de São Paulo, resultando em 9 municípios que se distribuem ao longo da costa da Bacia de Santos. Considerando a distribuição geográfica e características socioculturais dos municípios, sugerem-se 3 agrupamentos, para fins de realização de atividades conjuntas em algumas etapas e para organização do trabalho pela equipe técnica, sendo esses: Agrupamento Rio - Maricá, Niterói e Guapimirim; Agrupamento Centro - Paraty, Caraguatatuba e Ilhabela; Agrupamento Sul - Iguape, Ilha Comprida e Cananéia.

Ressalta-se que devido ao critério de inclusão de municípios nesse PEA ser dinâmico, o recorte espacial será revisado em cada fase. O critério para inclusão na Fase I foi a representatividade das rendas petrolíferas maior que 20% do orçamento público municipal. A partir da execução do PMCRP a dependência dos municípios em relação às rendas petrolíferas poderá ser mais bem apurada, indicando a necessidade de alteração do recorte espacial nas próximas fases.

¹ O IBAMA ao tratar da “educação no processo de gestão ambiental” salienta que não se trata de estabelecer um outro tipo de educação ambiental, mas da aplicação dos pressupostos da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória nos instrumentos da gestão ambiental pública. Considerando o posicionamento do referido Órgão Ambiental, convencionamos chamar de “Educação Ambiental Crítica” a proposta de educação exercida nesse PEA, pois segundo Carlos Frederico Loureiro, “para a educação ambiental ser emancipatória e transformadora, ela tem que ser necessariamente crítica”



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

IV. PÚBLICO DEFINIDO

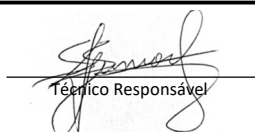
Em atendimento ao previsto na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N° 01/10, que apresenta o objetivo da Linha de ação B que seria o de “apoiar **um público diversificado**, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (royalties e participações especiais) pelo poder público municipal” propõe-se trabalhar com um público que não se restringirá aos participantes dos Diagnósticos Participativos (DPs) do PEA-SP e PEA-Rio (comunidades tradicionais), devido à amplitude do tema, mas sim alcançar diversos segmentos da sociedade. Mas, apesar de não se propor restrições em relação aos segmentos da sociedade que serão mobilizados para participação no **Rendas do Petróleo**, propõe-se como público prioritário os jovens² que sejam:

- Membros de comunidades e povos tradicionais e/ou de organizações que os representem;
- Participantes de associações de bairros;
- Participantes de organizações da sociedade civil e movimentos populares que trabalhem com temas relacionados ao projeto;
- Integrantes de sindicatos, conselhos de classe e associações de profissionais que possuam vínculo com o tema do projeto;
- Membros de agremiações estudantis e de movimentos de juventude.

A lista de instituições existentes em cada município que poderão ser mobilizadas para participação no projeto será definida na etapa de planejamento.

Considerando que o público jovem definido como prioritário para esse projeto será a parcela da população mais afetada futuramente, caso as rendas petrolíferas sejam utilizadas de forma não sustentável pelos governos municipais atuais, faz-se necessário o esforço de municiar esse público com informações e desenvolver processos formativos, para que venha, de forma qualificada, planejar e executar intervenções que possibilitem a participação popular nas arenas de decisão, viabilizando o controle social deste recurso a fim de minimizar os atuais e os futuros impactos advindos da má administração desta renda.

² Considerar-se-á jovens pessoas com idade entre 15 e 29 anos, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).


Técnico Responsável


Técnico Responsável

Somado a isso, entende-se que o público jovem definido para o projeto é a faixa etária com maior potencial de motivação e interesse para tratar destes temas, já que diz respeito a tomadas de decisões que influenciam diretamente a qualidade de vida da geração atual e, sobretudo, das gerações futuras. Portanto, compreende-se que os jovens estarão mais suscetíveis aos impactos advindos de uma má gestão financeira de um município ou região, que tenham seu orçamento dependente das rendas petrolíferas.

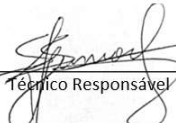
Planejar em longo prazo, considerando a importância intergeracional, é agir no presente com responsabilidade futura. Neste caso, o planejamento intergeracional também pode ser considerado uma medida preventiva perante o uso não sustentável das rendas petrolíferas pela geração presente.

Apesar da delimitação etária de sujeitos prioritários, o projeto será aberto para participação de toda a comunidade dos municípios envolvidos.

Não se possui um conhecimento preciso do perfil desse público, com exceção das comunidades tradicionais, que passaram por processo de DP. Nessas comunidades, apesar das peculiaridades de cada região, observa-se a existência de modos de vida tradicionais que vêm, ao longo dos anos, sofrendo as mais diversas pressões (em diferentes níveis nos municípios abrangidos por essa proposta): econômicas, conflitos territoriais, falta de assistência técnica rural e pesqueira, dificuldade de acesso às políticas públicas e etc.

Para os demais públicos, o perfil será desenhado a partir das atividades iniciais do projeto, entretanto, espera-se um perfil heterogêneo no que se refere ao gênero, escolaridade, raça e grupos étnicos, contribuindo para que se constitua um espaço de inclusão e troca de experiências. Acredita-se que possam ser pessoas envolvidas com questões de interesse popular e já participantes de outros espaços de organização social, o que não exclui a possibilidade de participantes que não possuem tal experiência.

Assim como já acontece nos projetos NEA-BC e Territórios do Petróleo, ambos executados pela Petrobras na Bacia de Campos, entende-se que essa heterogeneidade de segmentos da sociedade pode ser uma potencialidade, uma vez que possibilita o fortalecimento de identidades múltiplas, a troca de experiências entre os atores sociais



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

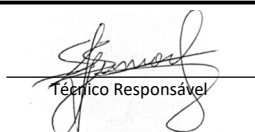
Revisão 03

envolvidos nos processos e o respeito e valorização das diferenças, além de facilitar a identificação das afinidades eletivas dos grupos e suas conexões.

Entretanto, há de se considerar o desafio metodológico para a condução pedagógica colocada por essa heterogeneidade, estando dessa forma aderente ao exposto no Parecer Técnico PAR 115/2019, que ao solicitar a categorização de grupos sociais distintos para o projeto e a definição de estratégias específicas para mobilização e formação desses diferentes grupos, traz que “um público diverso não deve ser tratado por uma metodologia que não seja sensível a essa diversidade”. No entanto, apesar do recorte de idade proposto - jovens - não existe atualmente um conhecimento preciso em relação ao perfil do público que participará do processo educativo, o que inviabiliza uma caracterização que distinga e especifique os perfis dos atores sociais. De qualquer forma, o recorte proposto já indica a necessidade de se pensar uma metodologia capaz de manter mobilizado um público jovem com acesso a muitas fontes de informação, usuário frequente de redes sociais, e muitas vezes demandante de uma maior dinâmica nos processos de intervenção. Tal perfil esperado para os jovens precisa ser confirmado nas etapas iniciais e deve variar entre os municípios inclusos no projeto, dadas as diferentes características socioeconômicas desses.

Por fim, entende-se que o método pedagógico da Educação Popular, proposto nesse projeto, seja capaz de abarcar a diversidade de público e de conjugar os diferentes saberes para a construção de novos. Acredita-se ser possível realizar a mobilização e as ações formativas sem uma distinção de segmentos da sociedade nessa primeira fase, levando em consideração o fato de que a mobilização será realizada por meio de mídias e linguagens adequadas para comunicar e atingir a diversidade dos segmentos da sociedade envolvidos nesta ação educativa. O estabelecimento de grupos distintos para execução das atividades (por exemplo, moradores urbanos e rurais etc.) será objeto de avaliação durante a implementação do projeto e poderá ser adotado posteriormente.

Destaca-se que alguns critérios serão observados para a formação dos “Elos” Municipais (grupos compostos pelos Sujeitos da Ação Educativa que atuarão no projeto em seus municípios), como a alfabetização (preferencialmente), relevante para a participação nas atividades formativas previstas para esse grupo; bom nível de participação, interesse e disponibilidade nas oficinas, etc.).



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Estima-se a participação total de **900** pessoas no projeto, nas atividades ampliadas, sendo que dessas, **180** participariam dos “Elos”. Ressalta-se que não é possível garantir o número de participantes, uma vez que, além da efetividade da mobilização e da qualidade das atividades a serem desenvolvidas, a participação depende de fatores pessoais como disponibilidade e interesse dos envolvidos. Na tentativa de estimular tal participação e promover a fixação destes integrantes nos “Elos” o projeto deverá prover condições/benefícios (alimentação, logística, certificados, entre outros) para estes participantes.

V. OBJETIVOS


Considerando as informações e experiências trocadas ao longo da Oficina de Planejamento Metodológico e a necessidade de se estabelecer objetivos concretos a serem alcançados em cada fase do projeto, para fins de planejamento adequado das atividades a fim de alcançá-los durante a própria fase, foi definido um objetivo mais amplo para o projeto, e outro específico para a Fase I. Cada fase do projeto terá seu objetivo geral definido no momento de seu planejamento.

Objetivo Geral do Projeto: Apoiar um público diversificado, priorizando os jovens, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação das rendas petrolíferas pelo poder público municipal.

Objetivo Geral da Fase I: Formar, instrumentalizar e apoiar os grupos de pessoas interessadas em integrar o projeto nos seus municípios, os “Elos”.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA FASE I

- 1- Mobilizar o público para participação no Projeto;
- 2- Estabelecer sede do projeto em cada município;
- 3- Divulgar informações sobre as atividades de E&P marítima de petróleo e gás natural, os impactos associados, em especial os relacionados ao recebimento de rendas petrolíferas pelo município, e compor os Elos;
- 4- Promover a formação continuada dos membros dos Elos e da equipe técnica;
- 5- Promover ações de articulação e intercâmbio para os membros dos Elos;



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

- 6- Planejar um conjunto de ações para atuação de cada “Elo” nas esferas municipais e para articulação com outros moradores do município, na próxima fase.

VI. METODOLOGIA CONSOLIDADA

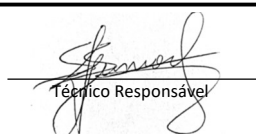
A educação ambiental no licenciamento e gestão pública segue os princípios apontados por ANELLO (2009) e LOUREIRO (2006, 2009, 2012, 2013), assim como publicações do IBAMA e produções correlatas que complementam tal proposta. Tais princípios da EA apontam posicionamentos que dialogam com a educação popular e engajada, que foram expressas como proposta pedagógica por Paulo Freire em diversas de suas obras, sendo a mais central intitulada “Pedagogia do Oprimido” (1974). Nesta obra, o autor ressalta a importância da horizontalidade no processo de ensino-aprendizagem, e discorre sobre o caráter político da educação.

Nesse contexto, para contribuir com o empoderamento e a formação do público participante, as ações de educação ambiental aqui propostas estão fundamentadas em atitude e postura engajadas no encontro com os atores sociais através do diálogo e da participação enquanto instrumento metodológico, que permite a leitura crítica da realidade, partindo da linguagem e da visão de mundo destes atores, dos seus valores, modos de vida e sistemas simbólicos. (CABRAL, 2005)

No planejamento das atividades deve-se considerar os diferentes modos de vida, a diversidade cultural, respeitando as múltiplas identidades dos sujeitos.

Todas as atividades do projeto devem estimular a participação do público feminino, historicamente afastado do debate público, apesar de este grupo se mostrar como o mais engajado nas ações realizadas pelos demais PEAs em desenvolvimento. Para isso, serão reforçadas as ações de convite à participação para as mulheres, bem como haverá estrutura de apoio para participação de pessoas acompanhadas de crianças e previsão de metodologias que evitem o domínio do tempo de fala pelo público masculino, possibilitando o respeito e a equidade na participação. A busca pela equidade, não apenas de gênero, deve permear todas as ações do projeto.

Descrevem-se a seguir as etapas previstas para a Fase I. Para atendimento às solicitações do PAR 115/2019 e aos resultados da Oficina de Planejamento Metodológico, citada



Técnico Responsável



Técnico Responsável

anteriormente, foram realizadas alterações em relação às etapas apresentadas na Proposta de Projeto e no Plano de Trabalho anterior.

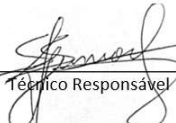
Ressalta-se que as ações previstas em todas as etapas guardam flexibilidade suficiente para adaptação constante e direcionamento conforme o processo demandar. Deverão ser desenvolvidas durante os 36 meses de duração proposta para a Fase 1, além de uma etapa inicial de seis meses e uma etapa de transição de um ano, conforme apresentado no Anexo I – Cronograma Físico.

Etapa Prévia – Planejamento – seis meses

Considerando que a equipe técnica que será responsável pela implementação do projeto será definida apenas após a definição da instituição ou empresa executora e, ainda, que a participação dessa equipe no planejamento das atividades do projeto é de suma importância para a efetividade das ações previstas, propõe-se que entre a assinatura do contrato e o início da Fase I do **Rendas do Petróleo** exista uma etapa de planejamento de seis meses na qual a equipe realizaria: revisão bibliográfica; imersão na realidade local dos sujeitos da ação educativa; alinhamento conceitual e metodológico; oficinas de preparação para o campo; planejamento interno das ações do projeto, em especial da mobilização e do processo de avaliação e monitoramento; levantamento e definição das organizações a serem mobilizadas; e articulação com poderes públicos municipais e outras instituições.

Nessa etapa será utilizada uma ferramenta, um Fluxograma Sintético (Anexo II), para favorecer o debate e planejamento do desenvolvimento da Fase 1 do PEA, facilitando a leitura do encadeamento lógico entre as etapas no alcance das metas, o número e perfil de participantes nos principais eventos e os marcos temporais em que se planeja atingir cada resultado.

Será definido, ainda nessa etapa, um conjunto de indicadores para o monitoramento dos investimentos do projeto na região, seja com o pagamento de membros da equipe, com prestadores de serviços de logística, de hospedagem e outros serviços, de modo a demonstrar os investimentos do projeto e evidenciar resultados não diretamente associados a aspectos formativos e organizativos.



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

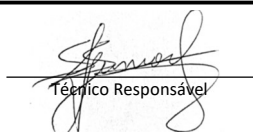
Retomada das atividades presenciais

O Plano de Trabalho Detalhado do Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo aprovado pelo Ibama conforme Parecer Técnico nº 251/2021-COPROD/CGMAC/DILIC, em 08/07/2021, previu, além do Plano Detalhado de Organização e Mobilização de Recursos, um Plano de Contingência frente as limitações impostas pela pandemia de SARS-CoV-2. Deste modo, o Plano de Trabalho Detalhado descreveu quais atividades seriam possíveis de serem realizadas de maneira virtual durante os seis meses da Etapa Prévia e quais seriam postergadas para o início da Etapa 1.

Do ponto de vista da manutenção do cronograma de atividades inicialmente proposto, o entendimento foi de que a grande maioria das atividades poderia ser mantida, sem prejuízos substanciais em decorrência de sua adaptação ao meio digital. Entretanto, devido à incerteza e ao cenário pouco favorável de avanço na vacinação, foi proposta e aprovada a postergação das atividades que implicariam contato presencial com um público amplo, em específico as “Atividades - Imersão na realidade local dos SAE” e a “Atividade - Levantamento e definição das organizações a serem mobilizadas”. Essas duas ações foram transferidas para a Etapa 1, devendo ser realizadas nos dois meses iniciais. Entretanto, a atividade de imersão na realidade local dos SAE teve início ainda na Etapa Prévia, de forma virtual, através do convite para partilhas de experiências e apresentação do Projeto à lideranças e instituições de interesse.

Ao final da Etapa Prévia, as condições de transmissão do vírus SARS-CoV-2 foram analisadas para embasar a decisão coletiva de retomada das atividades presenciais de mobilização e imersão na realidade do campo previstas pelo cronograma para o início da Etapa 1. As condições analisadas foram: a média de novos casos nos municípios participantes do projeto, a taxa de ocupação de leitos, a taxa diária de mortalidade, o percentual da população geral vacinada com duas doses e o percentual da equipe técnica vacinada nos municípios participantes do projeto.

Ressalta-se que a experiência do teletrabalho vivenciada ao longo da Etapa Prévia se mostrou frutífera e produtiva. Ainda que as atividades remotas ou virtuais possam prejudicar aspectos como a integração da equipe e a construção de entendimentos recíprocos do contexto vivenciado em cada um dos municípios, os ganhos proporcionados pelo advento



Técnico Responsável



Técnico Responsável

das tecnologias e plataformas de comunicação representam uma ferramenta importante de mobilização e de acesso direto aos sujeitos da ação educativa, com potencial de otimização dos recursos disponíveis para a realização das demais Etapas do PEA Rendas do Petróleo.

Vislumbra-se, assim, que as próximas atividades do PEA poderão acontecer da maneira tradicional, ou seja, na forma presencial, porém os formatos híbridos ou totalmente remoto (virtual) continuarão sendo ferramentas importantes e poderão ser utilizadas, dependendo das circunstâncias e oportunidades em que representem vantajosas para o atingimento dos objetivos do projeto.

Início da Fase 1

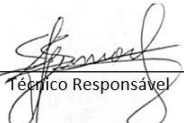
Etapa 1 - Divulgação de informações, Mobilização e Cadastramento do público – seis meses

Essa etapa justifica-se pela potencialidade positiva e fundamental do acesso à informação (como direito constitucional) para a vida democrática do público participante atingido pela economia das rendas petrolíferas e ao conhecimento reflexivo sobre as etapas e dinâmicas envolvidas nas participações governamentais dos recursos dessa renda.

A informação e o conhecimento compartilhado na sociedade atual são ferramentas imprescindíveis para subsidiar a geração de processos coletivos que contribuam para efetivar e garantir tanto a justiça intergeracional, quanto o controle social da aplicação de rendas petrolíferas e a diversificação das economias municipais em prol da mitigação de impactos socioambientais e políticos resultantes do empreendimento petrolífero na região.

No intuito de promover o acesso à informação e mobilizar o público para participação no projeto, propõe-se a realização de atividades ampliadas nos municípios. Tal sugestão baseia-se na experiência das “Caravanas” do Territórios do Petróleo, que aconteceram na primeira fase desse projeto.

No **Rendas do Petróleo**, propõe-se a criação de um espaço, denominado “EmTendas”, que funcionará durante aproximadamente sete dias, de acordo com planejamento local, em ponto estratégico e de fácil acesso em cada município, para facilitar um fluxo de visitantes



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

variado e quantitativamente considerável. No caso de municípios onde sejam identificadas pessoas interessadas em participar do “Em**Tendas**” pertencentes às comunidades isoladas ou localizadas em áreas de difícil acesso, poderão ser disponibilizados meios de viabilizar tal participação. No caso específico de Niterói, entende-se que seja necessária mais de uma edição do “Em**Tendas**” devido ao porte do município.

A instalação desses espaços (tendas) será precedida de articulação com os poderes públicos municipais (alguns contatos foram realizados durante a Etapa de Planejamento e outros serão realizados no início da Etapa 1, por conta das dificuldades das agendas das prefeituras).

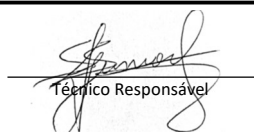
Mesmo estando previsto que o “Em**Tendas**” seja posicionado em local de grande circulação, deverá haver uma intensa ação de mobilização que antecederá a instalação destes espaços, buscando atingir principalmente o público prioritário – os jovens.

Será realizada mobilização junto aos sujeitos e divulgação ampliada desse espaço para a população, utilizando sempre linguagem e formas de comunicação adequadas para o público heterogêneo, que sejam atrativas para o público jovem.

Estão previstas visitas de apresentação da atividade e do projeto às organizações descritas no item Público Definido e listadas na Etapa de Planejamento, como forma de valorizar o convite à participação. Para as comunidades tradicionais localizadas em local de difícil acesso serão utilizadas as equipes executoras de projetos de mitigação em desenvolvimento, para divulgação e convite à participação, e para as que não participam de qualquer projeto, serão notificadas no mínimo por meio de suas lideranças que serão levantadas na etapa prévia de planejamento.

Apesar das ações de mobilização serem focadas no público definido, a participação no projeto será aberta a qualquer cidadão interessado.

O “Em**Tendas**” seria composto por espaços multiusuários, diversificados, dedicados a publicitar a natureza e dinâmica do recebimento de rendas petrolíferas. Prevê-se um espaço dedicado à história da produção de petróleo no Pré-Sal e sua relação com a vida cotidiana dos habitantes da região, identificando os impactos das atividades petrolíferas e as ações mitigadoras empreendidas e em curso no âmbito do licenciamento. Poderão ser exibidos



Técnico Responsável



Técnico Responsável

vídeos e performances teatrais com temáticas afins, para possibilitar uma sensibilização ampla e lúdica sobre as questões em evidência neste projeto.

Essa atividade prevê auxiliar a população dos municípios abrangidos na descoberta e detalhamento da natureza difusa, e por isso de difícil percepção, dos impactos socioeconômicos e políticos do recebimento de rendas petrolíferas, assim como dos entraves que dificultam a compreensão pública da aplicação e gestão municipal das rendas petrolíferas. A carência de informação pública para o cidadão e de transparência na gestão dos royalties e participações especiais nos municípios conspira significativamente para o aumento de sua complexidade e a ausência de estratégias para o controle social.

No ‘EmTendas’, os participantes, principalmente os jovens, serão cadastrados e convidados a participar das etapas seguintes do projeto.

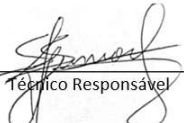
Etapa 2 – Estruturação física de bases do projeto – 6 meses

Propõe-se que nessa primeira fase do projeto se avance na estruturação física de bases para o projeto em cada município, dada a importância atribuída a existência desse tipo de estrutura desde o início do projeto, conforme manifestado pelas equipes executoras dos projetos Territórios do Petróleo e NEA-BC durante a oficina de planejamento metodológico.

Para isso, pretende-se definir imóveis adequados às necessidades do projeto e instalá-los, durante 6 meses, concomitante à Etapa 1.

O imóvel a ser procurado e alugado deverá possuir fácil acesso, preferencialmente em pontos centrais dos municípios, e contemplar no mínimo os seguintes cômodos: uma sala para recepção e secretariado; uma sala para armazenamento de material; uma sala pequena para reunião (capacidade para 8 pessoas); uma sala ampla para cursos (capacidade para 20 pessoas); uma copa e dois sanitários. Também deve possuir mobiliário e equipamentos adequados à execução das atividades pretendidas.

Etapa 3- Formação Ampliada e Seleção dos Componentes dos “Elos” – 12 meses



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

Esta etapa consistirá em realizar eventos³ (mesas-redondas, seminários, etc.) e oficinas para um público ampliado. Inicialmente serão realizados eventos para um público previsto de 100 pessoas, sobre Produção de Petróleo e as Rendas Petrolíferas. Pretende-se que uma parte desse público, ao final destes eventos, esteja interessada em continuar e para estes serão desenvolvidas atividades complementares de formação básica por meio de oficinas ampliadas com até 50 participantes que abordarão assuntos no âmbito dos temas: “Funcionamento da Administração Pública Municipal” e “Participação Popular”.

Além de questões técnicas referentes a esses assuntos, nos eventos e oficinas deverá ser trabalhada a contextualização política dos temas tratados e uma análise conjuntural, relacionando tais temas ao cotidiano dos participantes e ao sistema socioeconômico que estrutura esse cotidiano.

Durante as oficinas, será observado o nível de participação, interesse e disponibilidade dos presentes, principalmente os jovens, para a definição dos integrantes dos “Elos” (20 pessoas por município) - que se esperam ser protagonistas nas próximas etapas para o alcance do objetivo de formação aprofundada nos temas de interesse para planejamento de estratégias e ações coletivas que auxiliem a população a efetivar o direito de participação no controle social das rendas petrolíferas, intervindo de forma qualificada e incidindo em políticas públicas no âmbito do poder público municipal.

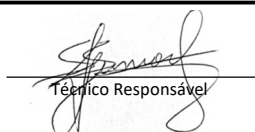
Estas atividades se iniciarão a partir do 7º mês da Fase I e acontecerão durante 12 meses.

Os eventos para o público ampliado versarão sobre questões relacionadas ao licenciamento ambiental e aos impactos da exploração e produção marítima de petróleo e gás natural, principalmente o recebimento de rendas petrolíferas, sempre relacionando tais temas ao cotidiano dos participantes. Apresentam-se no quadro a seguir os detalhes das atividades previstas.

Tema	Tipo de evento	Assunto ⁴	Carga Horária	Público Previsto por município
------	----------------	----------------------	---------------	--------------------------------

³ Tais eventos devem objetivar a construção de momentos de aprendizagem significativa e promover a participação e diálogo horizontal, ou seja, não devem ser atividades meramente informativas, embora os nomes possam remeter para tal formato.

⁴ Em ambas as atividades, serão utilizados e apresentados os resultados do PMCRP, se já estiverem disponíveis.



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Produção de Petróleo e as Rendas Petrolíferas	Mesa-redonda/ Seminário	Produção de Petróleo e seus Impactos Socioeconômicos ⁵	4 h	100 pessoas
	Mesa-redonda/ Seminário	Distribuição e uso de Rendas Petrolíferas	4 h	100 pessoas

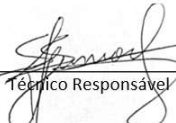
Nas oficinas, que terão um público mais reduzido, tem-se a previsão de que sejam abordados assuntos sobre políticas e orçamento públicos, transparência, controle social e incidência política como descritos no quadro a seguir.

Tema	Tipo de evento	Assunto ⁶	Carga Horária	Público Previsto por município
Funcionamento da adm. pública municipal	Oficina	Administração e políticas públicas	6 h	50 pessoas
	Oficina	Orçamento Público	6 h	50 pessoas
	Oficina	Transparência na administração pública	6 h	50 pessoas
Participação Popular	Oficina	Formas de participação popular na administração pública	6 h	50 pessoas
	Oficina	Controle Social	6 h	50 pessoas
	Oficina	Incidência política	6 h	50 pessoas

Os eventos serão realizados em cada município e serão precedidos de atividades de mobilização envolvendo divulgação ampliada e visitas. Ressalta-se que, embora haja previsão da mesma quantidade de eventos e de público para todos os municípios, podem existir variações. Para as situações que o número previsto de eventos for menor que a demanda, ou seja, caso exista um número de pessoas interessadas superior ao público previsto para os eventos, será realizada mais de uma edição. Acredita-se que essa opção seja mais adequada do que a ampliação da quantidade de pessoas por evento, o que poderia comprometer a dinâmica prevista. Públicos menores que o previsto não devem prejudicar a

⁵ Serão apresentadas informações sobre o processo de licenciamento e gestão ambiental pública.

⁶ As atividades poderão receber denominações diferentes que façam referência aos temas do projeto. Assuntos como o licenciamento e a gestão ambiental pública serão transversais nas oficinas.


Técnico Responsável


Técnico Responsável

dinâmica estabelecida, entretanto, alertam sobre a necessidade de alteração das estratégias de mobilização.

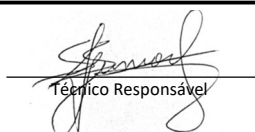
O papel da equipe técnica nessas atividades será de construtor, junto com os atores engajados no processo de aprendizagem social, trazendo o aporte das diferentes ferramentas (conteúdo técnico-científico, parceria com instituições competentes para esclarecimentos específicos e contribuições no desenvolvimento de ações estratégicas, tradução e interpretação de símbolos e linguagem técnica) para se traçar a leitura da realidade. Quanto mais se compreende, mais se evidenciam as formas de participação e intervenção. As atividades deverão ser planejadas de modo a possibilitar o debate dos assuntos tratados entre os participantes.

Vale ressaltar que nessa primeira Fase propõe-se o debate de assuntos abrangentes, que são importantes para o município, mas extrapolam seus limites, e são necessários para o aprofundamento das problemáticas municipais, que, acredita-se ser o foco para as próximas fases. Tanto os temas quanto a sequência das atividades poderão ser alterados se houver identificação de uma proposta mais adequada pela equipe executora ou pelos sujeitos da ação educativa.

Após a realização das oficinas será realizado um processo seletivo para composição dos “Elos” por município. Este processo será realizado com pessoas que se interessarem em participar destes grupos municipais (próximas etapas desta fase). As pessoas, prioritariamente os jovens, que tiverem demonstrado um bom nível de participação, interesse e disponibilidade nas oficinas serão estimuladas a participar do processo seletivo.

O método do processo de seleção dos componentes dos Elos será estabelecido pela equipe executora e de coordenação do projeto na Etapa 3 (Formação Ampliada e Seleção dos Componentes dos Elos), quando haverá mais elementos para conhecer tal público, especialmente aquele que se mostrou interessado em participar do Projeto e, assim, definir os critérios de participação e seleção para a entrada nos Elos. É preciso destacar que tais critérios podem ser adaptados a qualquer tempo, de acordo com a dinâmica observada nas oficinas ou de acordo com características de cada município.

Etapa 4 - Formação dos Componentes dos Elos e Intercâmbios – 30 meses



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

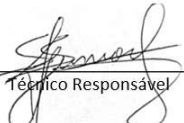
Nessa etapa do projeto, o grupo selecionado para compor os “Elos” contará com atividades formativas específicas (Grupos de Estudo e Oficinas) e atividades de intercâmbio de experiências com a finalidade de preparar e fortalecer o grupo para ações futuras (próxima fase), que buscarão a instrumentalização para: i) construção de estratégias de comunicação popular sobre as rendas petrolíferas e o orçamento do município; ii) participação e intervenção qualificada em espaços decisórios sobre o orçamento público municipal e sobre a aplicação das rendas do petróleo; iii) estabelecimento de diálogo com o poder público municipal para apresentação de propostas e acompanhamento da implementação de políticas públicas e; iv) elaboração de plano de ação para intervenção junto à população do seu município na próxima fase.

Apresentam-se no quadro a seguir algumas informações adicionais sobre das atividades previstas para essa etapa, que se inicia no 19º mês e acontece até o término da Etapa de Transição.

Tipo de evento	Temas ⁷	Carga Horária	Público Previsto por município
Grupos de Estudos/ Oficinas de Formação dos Elos	<ul style="list-style-type: none"> - Rendas Petrolíferas - Políticas Públicas - Orçamento Público - Transparência - Comunicação Popular - Participação Popular - Controle Social - Incidência Política - Elaboração de planos e projetos 	8h /com frequência trimestral	20 pessoas
Intercâmbios	Conhecer as atividades de outros PEAs, de experiências de Participação, de comunicação popular e de incidência política.	8h a 16h + viagem	5 pessoas de cada Elo municipal

Todos os Grupos de Estudo e Oficinas de Formação dos Elos serão precedidas de planejamento pela equipe técnica e pelos componentes dos Elos, e contarão com roteiro pedagógico específico. Espera-se que após a consolidação dos Planos de Ação municipais (apresentados na etapa seguinte), essas atividades busquem tratar da construção de

⁷ Sempre que aplicável serão utilizados resultados do PMCRP, bem como serão convidados técnicos desse projeto para participação nas atividades.


Técnico Responsável


Técnico Responsável

conhecimentos, capacidades e habilidades necessárias para a execução das atividades previstas no Plano.

A definição dos participantes de cada “Elo” que acompanharão a atividade de intercâmbio se dará a partir de critérios definidos pelo próprio Elo. Os intercâmbios deverão ser planejados prioritariamente pelos componentes do Elo, que procurarão identificar, com apoio da equipe técnica, experiências que possam contribuir para a formação nos assuntos de interesse do projeto e para a preparação para a atuação dos componentes do Elo nas atividades do projeto. Os resultados dos intercâmbios deverão ser compartilhados pelos representantes com todos os participantes do respectivo Elo na reunião que suceder a atividade.

Assim como para as atividades da Etapa 3, as atividades previstas nessa etapa 4 (Grupos de Estudo, Oficinas e Intercâmbios) devem, além de questões técnicas, trabalhar a contextualização política dos temas tratados e uma análise conjuntural, relacionando tais temas ao cotidiano dos participantes e ao sistema socioeconômico que estrutura esse cotidiano.

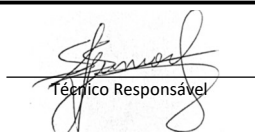
Etapa 5 – Planejamento das Ações para a próxima Fase - 28 meses

Nessa etapa será proposta a elaboração de Planos de Ação para atuação dos Elos em seus respectivos municípios e a elaboração do Plano de Trabalho da Fase II do projeto, a partir do 21º mês da Fase I até o término da Etapa de Transição. A elaboração desses planos exige a realização de reuniões, para as quais se sugere a frequência mensal.

Os temas das reuniões serão definidos em conjunto com o Elo e visarão, principalmente: i) Consolidação dos Elos; ii) planejamento e avaliação das atividades do projeto junto à equipe executora; iii) elaboração dos planos de ação municipais; iv) planejamento da próxima fase.

As reuniões deverão ser sempre registradas e planejadas com antecedência adequada para permitir a participação do maior número possível de integrantes dos Elos.

O Plano de Ação, a ser elaborado por cada Elo para atuação municipal, detalhará minimamente: (i) como o público do projeto atuará nas esferas municipais dotadas de competência para gerir recursos públicos; (ii) como o público do projeto pretende atuar com outros moradores nos respectivos municípios; (iii) que atividades desse plano de ação serão



Técnico Responsável



Técnico Responsável

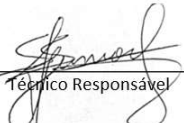
estruturantes do PEA, isto é, padronizadas para todos os municípios; e (iv) que atividades desse plano de ação serão pontuais, específicas para determinado município. O Plano de Ação deve prever atividades a serem realizadas até o término da segunda fase do projeto, devendo tais atividades serem incorporadas no Plano de Trabalho da próxima fase.

Para a construção dos Planos de Ação municipais deverão ser realizadas oficinas específicas, em substituição às reuniões mensais. Tais oficinas deverão ser planejadas pelo conjunto da equipe técnica, visando o alinhamento e padronização mínima do processo de elaboração do Plano, a ser registrado em roteiro pedagógico. Os resultados das duas primeiras oficinas municipais deverão ser debatidos em uma Oficina ampliada, com integrantes de todos os Elos, a fim de se identificar e debater as ações que serão estruturantes e comuns aos Planos de Ação em todos os municípios. Após a oficina ampliada, será realizada uma terceira oficina municipal que consolidará o Plano de Ação de cada Elo, a partir do resultado dos debates da oficina ampliada.

Ressalta-se a importância da atuação qualificada da equipe técnica na construção dos Planos de Ação municipais, para que eles guardem coerência com os objetivos do projeto. Ressalta-se a necessidade desses planos contarem com atividades capazes de promover o debate público ampliado entre os munícipes sobre os temas relacionados ao projeto.

A partir da consolidação dos Planos de Ação municipais, a equipe técnica do projeto deverá consolidar o Plano de Trabalho para a Fase II do projeto, que será apresentado em um Encontro dos Elos, com integrantes de todos os Elos (sendo 2 participantes de cada). Nesse encontro, que deverá ter duração de 2 dias, deverão ser apresentados brevemente os avanços do projeto em cada município, os planos de ação municipais e as propostas para o Plano de Trabalho da Fase II, para posterior contribuição dos participantes. Após esse encontro será consolidada pela equipe técnica a versão final do Plano de Trabalho da próxima fase.

Embora não esteja previsto para essa fase inicial do projeto, caso os integrantes dos Elos vislumbrem a possibilidade de iniciar a realização de ações de intervenção ou a participação em arenas públicas de decisão referentes ao orçamento público e demais espaços de participação (audiências, sessões de câmara de vereadores, etc.), a equipe técnica deverá



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

apoiar o grupo, considerando os recursos disponíveis. De qualquer forma, deve-se evitar antecipar demasiadamente o início dessa atuação prática, sob pena de acontecer sem o devido preparo e resultar em frustração. Deve-se trabalhar continuamente com o grupo a necessidade da formação e fortalecimento do grupo antes do início das intervenções, bem como a importância de uma postura resiliente diante das possíveis frustrações, principalmente nas intervenções iniciais.

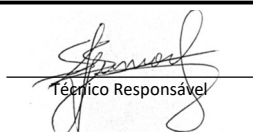
Atividades Transversais – Durante a Fase I e a Etapa de Transição

A formação continuada da equipe executora é considerada uma atividade transversal e contínua do projeto, assim como a sistematização das informações e o processo de planejamento, avaliação e monitoramento, que possibilita diagnosticar as dificuldades encontradas a partir das evidências levantadas, com participação dos educandos, e então realizar os ajustes necessários durante o processo. Isto é, a avaliação enquanto práxis (QUINTAS, 2009).

Serão realizadas 16 oficinas de **formação continuada da equipe executora**, trimestralmente, excetuando-se as duas primeiras oficinas, que ocorrerão em janeiro e fevereiro de 2022. Conforme apresentado no Plano de Trabalho detalhado, essas atividades e as reuniões de planejamento e alinhamento correspondentes, ocorrerão antes da implantação dos EmTendas. Essa alteração visa a dedicação total da equipe às atividades de mobilização, execução e relatoria dos EmTendas. As oficinas deverão ter duração mínima de 16 horas e preparar a equipe para tratar dos temas relacionados aos assuntos do projeto junto ao público. Sendo verificada a pertinência, algumas oficinas poderão ser realizadas reunindo as equipes por agrupamento de municípios. Após cada oficina, deverão ser realizadas reuniões de alinhamento e planejamento entre as equipes de cada agrupamento de municípios, ou de cada município, para, entre outros objetivos, identificar as oportunidades de aproveitamento do conhecimento construído durante a oficina na continuidade do trabalho.

Além das oficinas, pretende-se promover a participação de cada técnico da equipe executora em uma atividade/evento externo relacionado ao tema do projeto por ano.

O **planejamento** e a gestão do projeto serão realizados em **reuniões mensais** de equipes executoras de cada agrupamento de municípios com o respectivo coordenador do



Técnico Responsável



Técnico Responsável

agrupamento e representantes dos Elos (após sua formação)⁸, em **reuniões bimestrais** entre os coordenadores de agrupamentos e a coordenação do projeto⁹, e **reuniões trimestrais** (pós oficina de formação da equipe). Os processos decisórios nessas reuniões de gestão e planejamento do projeto devem ser horizontalizados. Em situações de impasse espera-se a atuação da equipe de Coordenação na tomada de decisão, entretanto, com apresentação de justificativas para as decisões tomadas. Recomenda-se ainda a adoção de uma gestão financeira coletiva dos recursos destinados à realização das ações, trazendo para a prática dos sujeitos o exercício de planejamento orçamentário.


Para as atividades de **avaliação e monitoramento** serão realizadas **reuniões trimestrais de equipe pós-oficina** (já citadas), **encontros trimestrais** entre integrantes de Elos do mesmo agrupamento de municípios, **encontros anuais** e um **encontro de culminância**, conforme detalhado a seguir.

Deverão ser planejadas formas de avaliar cada atividade do projeto, os educadores, o processo e os resultados. Poderão ser utilizadas ferramentas como formulários de avaliação específicos para cada tipo de participante do projeto (equipe executora, sujeitos da ação educativa, coordenação, etc.), entre outras. Ressalta-se que as ferramentas de avaliação deverão ser adequadas ao público e não devem ser intimidatórias. Durante a Etapa de Planejamento (6 meses iniciais do projeto) deverão ser propostas as ferramentas de avaliação, bem como o formato de consolidação e apresentação dos resultados, que deverão ficar disponíveis para todos os participantes do projeto.

Encontros trimestrais entre Elos do mesmo agrupamento de municípios - Embora os Elos sejam municipais, alguns participantes dos 3 Elos de cada agrupamento de municípios (sugere-se 5 de cada) deverão se encontrar a cada 3 meses para trocar experiências dos avanços em cada município e consolidar os resultados da avaliação. Esses encontros trimestrais serão iniciados após a oficina ampliada para construção dos Planos de Ação Municipais.

⁸ Sugere-se a participação de no mínimo 2 representantes de cada Elo, a cada 2 meses, embora as reuniões aconteçam mensalmente, visando evitar o excesso de atividades para esse grupo.

⁹ Envolve orientação pedagógica e profissional de comunicação.


Técnico Responsável


Técnico Responsável

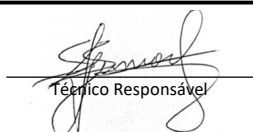
Encontros anuais - Serão realizados encontros anuais com duração de oito horas, para avaliação e monitoramento do projeto, envolvendo as equipes técnicas da Petrobras, equipe executora de todos os municípios, analistas ambientais do Ibama, se possível, e participantes dos Elos¹⁰ e instituições de interesse, somando no máximo 40 pessoas.

Encontro de Culminância - Ao final da Etapa de Transição, deverá ser realizado o Encontro de Culminância, no qual será realizada avaliação dos resultados da Fase I e apresentadas informações sobre a continuidade do projeto na Fase II, uma vez que nesse momento já se espera contar com um Plano de Trabalho aprovado e equipe contratada para execução da próxima fase. A programação e roteiro pedagógico desse Encontro, que deverá ter duração de 2 dias, serão elaborados pela equipe técnica, com contribuições dos integrantes dos Elos. Deverão participar desse encontro as equipes técnicas da Petrobras, a equipe executora do projeto, analistas ambientais do Ibama, se possível, e participantes dos Elos (o maior número possível de integrantes) e instituições de interesse, somando no máximo 200 pessoas.

Para a **sistematização das informações**, deverão ser elaborados relatórios anuais e um relatório da Fase, para fins de registro processual e protocolo no órgão ambiental, consolidando as atividades realizadas e resultados alcançados durante cada ano e durante a Fase, respectivamente. Também serão elaborados boletins contendo a síntese dos objetivos/metodologias alcançadas e os resultados do PEA em cada ano e na Fase I, com base em indicadores de resultado (a serem definidos na Etapa de Planejamento). Serão ainda elaborados relatórios audiovisuais – três anuais e um para a fase.

Algumas atividades contarão com relatório específico, como as oficinas de formação continuada da equipe executora e as reuniões de planejamento, entretanto, servirão apenas para registro interno e para comprovação de realização de atividades para pagamento dos serviços pela Petrobras, não havendo previsão de protocolo no órgão ambiental (embora disponíveis, se requeridos). A depender dos resultados obtidos e do interesse dos participantes, poderão ser elaboradas publicações (artigos científicos, trabalhos para eventos/congressos, livro, etc.) para apresentação desses resultados.

¹⁰ A participação será possível após a formação dos Elos. Sugere-se que participem dois representantes de cada Elo. Os encontros anteriores à formação do grupo acontecerão sem a presença de representantes dos sujeitos da ação educação.



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Término da Fase 1

Etapa de Transição – 12 meses

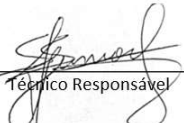
Essa etapa visa evitar a descontinuidade das atividades no período de nova contratação para execução do projeto. O novo processo de contratação será iniciado após a aprovação do Plano de Trabalho da Fase II.

Nessa etapa haverá a continuidade/realização das seguintes atividades: Grupos de Estudo e Oficinas de Formação e Intercâmbios para os integrantes dos Elos; Formação continuada e reuniões de planejamento e alinhamento (pós-oficina) com a equipe executora; Reuniões mensais dos integrantes dos Elos; Encontros trimestrais dos Elos de cada agrupamento de municípios; Encontro de culminância, e elaboração de relatórios, boletins e relatórios audiovisuais.

VII. ATIVIDADES PREVISTAS PARA ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Considerando que o projeto será realizado com um público mais abrangente do que o público envolvido nos processos de diagnóstico participativo pretéritos, o que de fato deve ocorrer, mais do que uma atualização do diagnóstico é uma caracterização do público e dos municípios onde o projeto será desenvolvido, bem como uma melhor análise da incidência dos impactos das atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural nesses municípios.

Propõe-se que o relatório da Fase traga uma análise sobre o processo desenvolvido pelo projeto, os resultados alcançados e um diagnóstico das questões afetas ao projeto nos municípios (recebimento de rendas petrolíferas, seu uso, o controle social e transparência, entre outros), bem como uma análise da incidência dos impactos associados ao recebimento de rendas petrolíferas. Esse diagnóstico terá como subsídio, além das informações produzidas pelo próprio PEA, as informações a serem geradas pelo PMCRP e outros projetos..



Técnico Responsável



Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

VIII. METAS, INDICADORES E RESULTADOS ESPERADOS

As metas, indicadores e resultados esperados são apresentados no Anexo III – Matriz de Marco Lógico. Ressalta-se que na Etapa de Planejamento está prevista a elaboração e proposição de um sistema de avaliação e monitoramento que contenha indicadores de resultado mais adequados para aferição da efetividade das ações do projeto na mitigação dos impactos que o justificam.

IX. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

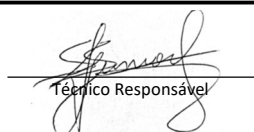
A construção coletiva das próximas ações a serem implementadas acontecerá na etapa de Planejamento de ações para a próxima Fase, detalhada anteriormente.

X. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

A equipe que irá conduzir este projeto deve ser multidisciplinar, composta por profissionais com conhecimento sobre controle social, participação popular em processos decisórios, rendas petrolíferas, orçamentos municipais, gestão de políticas públicas e metodologias participativas. Profissionais especializados em Educação Ambiental Crítica e profissionais com experiência em educação popular. Deve-se dar preferência para profissionais que sejam moradores do local e conheçam a realidade.

Considerando a especificidade do perfil profissional necessário para o projeto, que envolve ter afinidade no trabalho com pessoas e causas sociais, engajamento e disponibilidade de horários para trabalhar nos finais de semana, etc., o processo de seleção de profissionais deve contar com entrevistas, redação e demais formas de avaliar o perfil, para além da formação técnica. Será utilizado um processo de seleção multifacetado de profissionais, com estabelecimento de critérios considerados imprescindíveis para a adequada execução do projeto, além da própria formação, e atribuição de pontos para tais critérios (formação, experiência, trajetória pessoal...).

A equipe executora deve contar com Educadores(as) de Base (denominados na versão anterior do plano de “agentes de mobilização”), preferencialmente jovens, moradores dos municípios, que tenham boa capacidade de mobilização de pessoas, entre outros requisitos



Técnico Responsável



Técnico Responsável

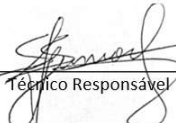
a serem observados e estabelecidos no processo de seleção desses profissionais, principalmente aos que atuarão nas grandes cidades.

A equipe deverá contar ainda com uma equipe de apoio, dedicada às atividades administrativas e de logística.

Para o tratamento de assuntos específicos podem ser convidados especialistas, entretanto, faz-se necessário alinhamento pedagógico com cada especialista, visando a adequação das atividades ao método proposto no projeto.

A composição da equipe é apresentada no quadro a seguir:

Cargo	Formação	Equipe	Profissional
Coordenadora Executiva	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas, preferencialmente na área de Educação.	Coordenação Geral do PEA	Kamila Louzada Rangel
Coordenadora Técnica	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas, preferencialmente na área de Educação.	Coordenação Geral do PEA	Débora Cubateli Redivo
Coordenadora Pedagógica	Graduação em Ciências Humanas, preferencialmente na área de Educação Popular	Coordenação Geral do PEA	Isabela Mariz Pereira de Araújo
Coordenador de Logística	Graduação em Ciências Humanas, preferencialmente na área de Economia ou Educação.	Coordenação Geral do PEA	Rodrigo Silva Lemos
Coordenador (a) de Agrupamento	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas, preferencialmente na área de Educação	Apoio à Coordenação Geral	Eliza Maria Lopes Barbosa Alexandre Rycheta Arten Roberto Nicácio da Costa

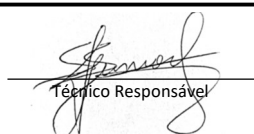

Técnico Responsável


Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

Cargo	Formação	Equipe	Profissional
Auxiliar de Coordenação	Graduação em Ciências Humanas, preferencialmente na área de Educação Popular.	Apoio à Coordenação Geral	Jennifer Rodrigues
Comunicador Popular	Graduação em Comunicação Social ou área correlata	Apoio à Coordenação Geral	Davi Paiva
Pesquisadora Social	Graduação em Ciências Humanas.	Apoio à Coordenação Geral	Paula Affonso de Araujo Silva
Auxiliar de Coordenação Pedagógica	Graduação em Ciências Humanas	Apoio à Coordenação Geral	Ana Carolina Rodrigues Monte Santana
Educador (a) Socioambiental III (Educadores de Campo)	Graduação em Ciências Humanas ou Biológicas.	Equipe técnica	Verônica Parente Gomes de Araujo Ana Carolina Pavão Leite de Oliveira Jéssica Barbosa de Almeida Yuri Maciel de Oliveira Luís Eduardo Guerra Domingos Nogueira Daniela Domeneghini Juliana Aparecida Leonel Viana Jacqueline de Castro Vieira Pedro Mello Bourroul Gabriela Carvalho Cunha Castro Amanda Regis Faro Monaliza Melo Brandão Assis Mayara Bazolli de Araújo Elvis Roberto de Andrade Fabiane Rodrigues Ribeiro Suzan Roberta Pontes Lais Helena da Silva



Técnico Responsável

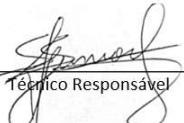


Técnico Responsável

Cargo	Formação	Equipe	Profissional
Educador (a) Socioambiental II (Educadores de Base)	Ensino Médio	Equipe técnica	Jéssica Toledo Brandão Heloamir Paiva da Conceição Fharah Mahmud da Costa Lima Diego Lourenço Rosendo Leonardo Santos Gomes Kananda Albuquerque da Silva Rafaela Neves Luis Lilia Gomes de Souza Gabriel Ferreira de Oliveira
Educador (a) Socioambiental I (Educadores de Base)	Sem exigência de formação escolar, mas alfabetizado e com avaliação de perfil.	Equipe técnica	Jhonata Barcelos dos Santos Angélica Oliveira da Costa Paula Lopes da Conceição Luis Guilherme Rosa Martins Samoel Mateus Oliveira de Faria Murillo Inojosa Wolf Naely Fernanda Silva Brito Antonia Norberto Rafael Paulo Roberto Carneiro Gonçalves

XI. CRONOGRAMA FÍSICO

Apresenta-se no Anexo I o Cronograma Físico-Financeiro do projeto.





Técnico Responsável

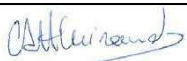

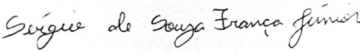



Técnico Responsável

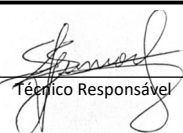
Plano de Trabalho

Revisão 03

XII. RESPONSÁVEL TÉCNICO E CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

Responsável Técnico (FIA)	Profissão	CTF	Assinatura
Hélio Janny Teixeira	Administrador	Não se aplica	
Kamila Louzada Rangel	Licenciada em Biologia	7842688	
Luis Patricio Prado Filho	Economista	Não se aplica	

Responsável Técnico	Profissão	CTF	Assinatura
Carlos Alexandre Harding Miranda	Biólogo	4489/01-D	
Jean Pierre Pierote Silva	Antropólogo	Não se aplica	
Sérgio de Souza França Júnior	Jornalista	Não se aplica	
Suseli de Marchi Santos	Engenheira Ambiental	4086304	
Vilma Aparecida da Silva	Cientista Social	6101151	


Técnico Responsável


Técnico Responsável

XIII. BIBLIOGRAFIA

ANELLO, L. D. F. S. D. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil:** a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FURG. Rio Grande. 2009.

CABRAL, A. Recensão Crítica. In: FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 36^a. ed. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2005. p. 184.

CGEAM/CGPEG/IBAMA. **Orientações Pedagógicas do IBAMA para a elaboração e implementação de Programas de Educação Ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural**. Brasília: IBAMA, 2005 (mimeo).

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GANTOS, M. C. **Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos royalties**. Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. 377 p.: il.

_____. **Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties – Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2019. 244 p. :il.**

_____. **Territórios do Petróleo: uma experiência de educação ambiental no âmbito do Licenciamento Ambiental de Gás e Petróleo no Brasil**.

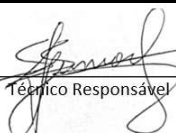
AMBIENTALMENTE SUSTENTABLE, v. 20, p. 1633-1652, 2016.

IBAMA. **Nota Técnica nº 001/2010/IBAMA/DILIC/CGPEG**. Rio de Janeiro, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. **Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental**. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R.S.

(Org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação ambiental no licenciamento: aspectos legais e teórico-metodológicos**. In: Carlos Frederico B. Loureiro (org). **Educação Ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento**. Salvador: IMA, 2009 - (Série Educação Ambiental v. 5)



Técnico Responsável



Técnico Responsável

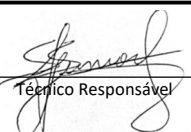
Plano de Trabalho

Revisão 03

_____. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica:** perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trab.Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.11 n.1, p.53-71-,jan./abr.2013.

QUINTAS, J. S. **Educação no processo de gestão ambiental pública:** a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. (Org.). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-77.

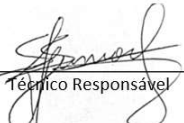

Técnico Responsável


Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

ANEXO I – Cronograma Físico

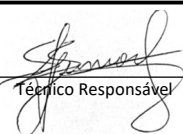

Técnico Responsável


Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

ANEXO II – Fluxograma Sintético

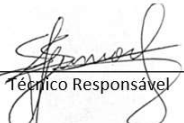

Técnico Responsável


Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03

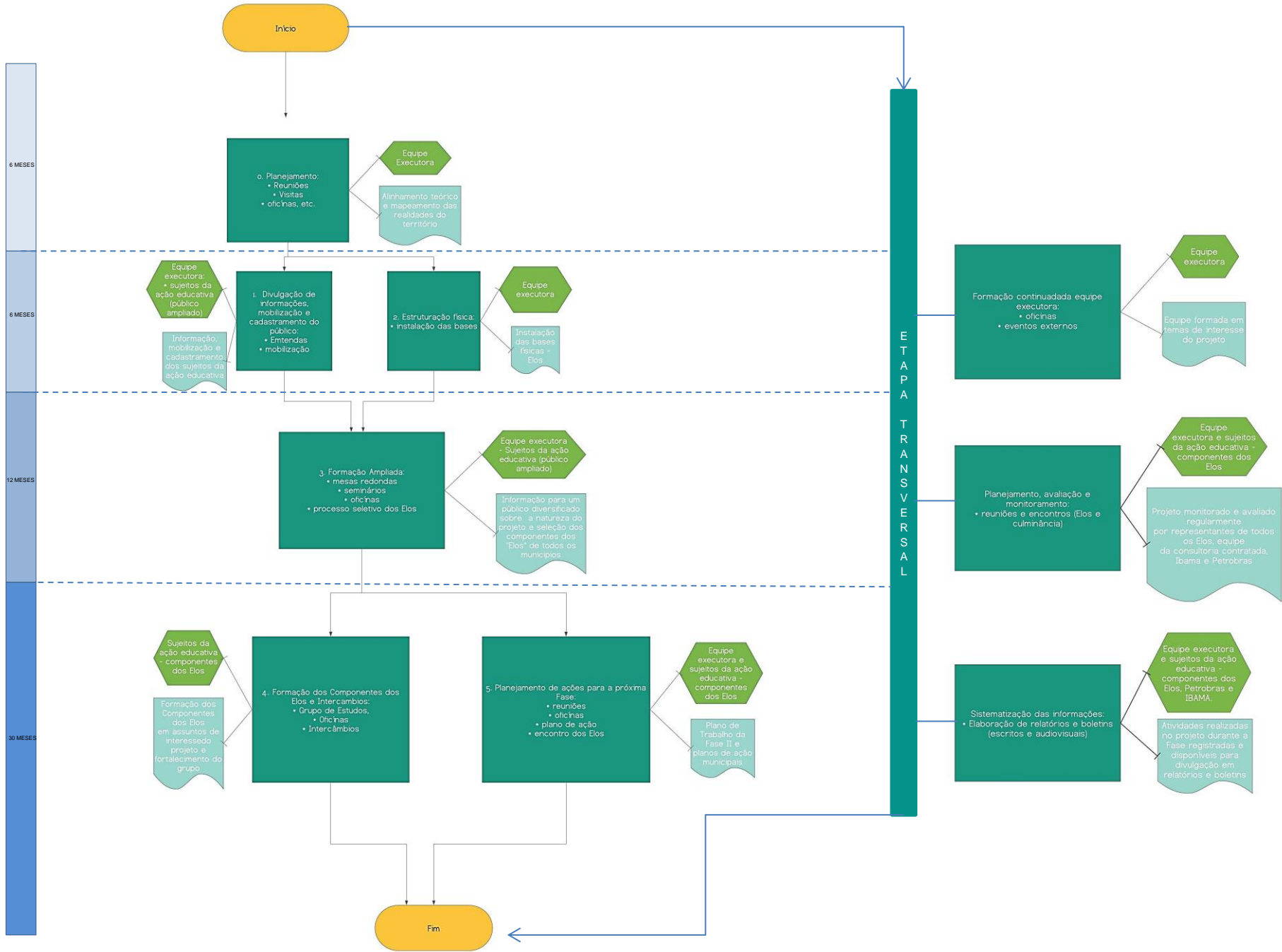
ANEXO III – Matriz de Marco Lógico


Técnico Responsável


Técnico Responsável

Plano de Trabalho

Revisão 03



Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Etapas	Atividades	Metas	Indicadores	Resultados Esperados	Evidências
Instrumentalizar e apoiar os grupos de pessoas interessadas em integrar o projeto nos seus municípios, os "Elos".	Etapa Prévia (Planejamento)	Etapa Prévia (Planejamento)	Revisão bibliográfica	Todos os componentes da equipe conhecerem a referência bibliográfica necessária para o desenvolvimento de processo de intervenção educativa proposto no projeto antes do início da Etapa 1	Número de componentes da equipe que estudaram todas as referências em relação ao número total de componentes da equipe	Equipe conhecedora de assuntos relacionados ao projeto	Relatório de revisão bibliográfica (informando as referências indicadas e a compreensão da leitura pela equipe - a ser obtida/trabalhada em oficina de alinhamento conceitual e metodológico)
			Imersão na realidade local dos SAE	Todos os componentes da equipe conhecerem a realidade sobre a qual se pretende um processo de intervenção por meio do processo educativo antes do início do projeto	Número de componentes da equipe que possuem conhecimento da realidade do seu local de atuação futura em relação ao número total de componentes da equipe	Equipe conhecedora da realidade dos locais de atuação	Relatório de atividades de imersão/diagnóstico prévio
			Oficinas de alinhamento conceitual e metodológico	Realizar 3 oficinas de alinhamento conceitual e metodológico antes do início do projeto, com toda a equipe	Número de oficinas realizadas em relação ao número de oficinas previsto	Equipe alinhada conceitual e metodologicamente	Relatórios das oficinas de alinhamento conceitual e metodológico
			Oficinas de preparação para o campo	Realizar 2 oficinas de preparação para o campo antes do início do projeto, com toda a equipe	Número de oficinas realizadas em relação ao número de oficinas previsto	Equipe preparada para iniciar o projeto junto ao público	Relatórios das oficinas de preparação para o campo
			Planejamento das ações do projeto	Detailhar a forma de execução das atividades previstas para as Etapas 1 e 2 e para a Avaliação e Monitoramento	Número de atividades com planejamento detalhado executado em relação ao número total de atividades previstas nas Etapas 1 e 2 e na Avaliação e Monitoramento	Atividades iniciais do projeto e formato da Avaliação e Monitoramento planejados em detalhe	Plano de execução das atividades das Etapas 1 e 2 Sistema de Avaliação e Monitoramento
			Levantamento e definição das organizações a serem mobilizadas	Identificar todas as organizações /lideranças de cada município que trabalhem com assuntos relacionados ao projeto	Número de organizações/lideranças identificadas por município	Organizações /lideranças identificadas e listadas	Lista de organizações/lideranças por município
			Articulação institucional	Realizar contato com todas as organizações/lideranças identificadas e com os gestores públicos municipais para apresentar o projeto	Número de organizações/lideranças/gestores públicos que conheceram o projeto em relação ao número de organizações/lideranças/gestores públicos identificados por município	Organizações /liderança/gestores públicos informadas sobre o escopo do projeto	Relatório de articulação institucional
	1 - Mobilizar o público para participação no Projeto;	1 - Divulgação de informações, Mobilização e Cadastramento do público	Mobilização para participação nos "EmTendas"	Divulgar o "EmTendas" para a população do município pelos meios definidos na etapa de planejamento	Número de participantes nos "EmTendas" em relação ao previsto em cada município	População mobilizada para participação dos "EmTendas" em cada município.	Relatório da Etapa 1
			Implantação do "EmTendas"	Instalar em cada município pelo menos um espaço "EmTendas" durante sete dias	Número de espaços instalados em relação ao total previsto	"EmTendas" instalados em todos os municípios de abrangência do projeto	Relatório da Etapa 1
			Cadastramento de participantes	Realizar cadastro dos interessados, principalmente jovens, para mobilização para as próximas atividades do projeto	Número de pessoas cadastradas em relação ao número de pessoas que visitaram o "EmTendas" em cada município.	Participantes do "EmTendas" cadastrados para serem mobilizados para as próximas atividades do projeto.	Mailing com dados de pessoas, principalmente jovens, cadastradas
	2 - Estabelecer sede do projeto em cada município;	2 - Estruturação Física de Bases do Projeto	Seleção de imóveis para instalação das bases	Identificar 3 opções viáveis de imóveis em cada município	Número de opções identificadas em relação ao número de opções previsto	Opções de imóveis viáveis definidas	Relatório da Etapa 2
			Instalação das bases	Instalar uma base do projeto em cada município até o 6º mês da Fase I	Número de bases instaladas em relação ao número de bases previsto	Bases do projeto instaladas	Relatório da Etapa 2
	3 - Divulgar informações sobre as atividades de E&P marítima de petróleo e gás natural, os impactos associados, em especial os relacionados ao recebimento de rendas petrolíferas pelo município, e compor os Elos;	3 - Formação Ampliada e Seleção dos Componentes dos "Elos"	Mobilização para participação nos eventos	Convidar todos os participantes cadastrados no "EmTendas" e organizações/lideranças listadas na Etapa de Planejamento	Número de participantes em relação ao número de convidados Número de participantes em relação ao número esperado	Público mobilizado para participação nos eventos	Relatório da Etapa 3
			Mesa Redonda/Seminário	Realizar 2 eventos de 4 horas em cada município para 100 pessoas	Número de eventos realizados em relação ao número de eventos previsto	Público informado sobre os assuntos tratados nos eventos e interessado em aprofundar a formação em temas relacionados ao projeto	Relatório da Etapa 3
			Oficinas ampliadas	Realizar 6 oficinas de 6 horas em cada município para 50 pessoas	Número de oficinas realizadas em relação ao número de oficinas previsto	Público formado sobre os assuntos tratados nas oficinas e interessado em compor os Elos	Relatório da Etapa 3
			Processo seletivo para composição dos Elos	Selecionar 20 pessoas, prioritariamente jovens, para compor os Elos em cada município	Número de jovens selecionados em relação ao número total de componentes de cada Elo Número de componentes dos Elos em relação ao número previsto em cada município	Elos com todas as vagas preenchidas	Relatório da Etapa 3
	4 - Promover a formação continuada dos membros dos Elos e da equipe técnica;	4 - Formação dos Componentes dos Elos e Intercâmbios	Grupos de Estudo e Oficinas de Formação dos Elos	Realizar 9 grupos de estudo/oficinas de 8 horas para os componentes de cada Elo, com frequência trimestral	Número de grupos de estudo/oficinas realizado em relação ao número previsto	Componentes dos Elos formados em assuntos de interesse do projeto	Relatório da Etapa 4
			Intercâmbios	Realizar 2 intercâmbios com duração de 1 a 2 dias para cada Elo	Número de intercâmbios realizados em relação ao número de intercâmbios previsto	Componentes dos Elos conhecedores de experiências que contribuam para a atuação no projeto	Relatório da Etapa 4
	5 - Promover ações de articulação e intercâmbio para os membros dos Elos;	Etapa Transversal - Formação continuada da equipe técnica	Oficinas de formação continuada da equipe executora	Realizar 16 oficinas de formação continuada da equipe executora, com duração mínima de 16 horas, com periodicidade trimestral	Número de oficinas realizado em relação ao número previsto	Equipe formada em temas de interesse para atuação no projeto	Relatórios de formação da equipe
			Participação da equipe técnica em eventos externos ao projeto	Promover a participação de cada técnico da equipe executora em uma atividade/evento externo relacionado ao tema do projeto por ano	Número de participações em eventos externos em relação ao número de participações previsto	Equipe formada em temas de interesse para atuação no projeto	Relatórios de formação da equipe
			Reuniões mensais	Realizar 24 reuniões com os componentes de cada Elo, com periodicidade mensal	Número de reuniões realizadas em relação ao número de reuniões previsto Número de presentes na reunião em relação ao número de componentes do Elo	Planejamento das atividades do projeto realizado	Relatório de registro de reuniões dos Elos

Formar: II	6 - Planejar um conjunto de ações para atuação de cada "Elo" nas esferas municipais e para articulação com outros moradores do município, na próxima fase.	5 – Planejamento de ações para a próxima Fase	Oficinas municipais de elaboração do Plano de Ação	Realizar 3 oficinas com os componentes de cada Elo com duração mínima de 6 horas	Número de oficinas realizado em relação ao número previsto	Plano de ação municipal elaborado	Plano de ação municipal
			Oficina ampliada de elaboração dos Planos de Ação	Realizar 1 oficina ampliada com integrantes de todos os Elos com duração mínima de 12 horas	Número de oficinas realizado em relação ao número previsto	Ações que serão estruturantes e comuns aos Planos de Ação municipais identificadas e debatidas	Relatório da oficina ampliada de elaboração dos Planos de Ação
			Elaboração do Plano de Trabalho da Fase II	Consolidar os Planos de Ação municipais em um Plano de Trabalho para a Fase II	Número de ações previstas no Plano de Trabalho oriundas dos planos de ação municipais em relação ao número total de atividades previstas para a Fase II	Plano de Trabalho da Fase II elaborado	Plano de Trabalho da Fase II
			Encontro dos Elos - Plano de Trabalho da Fase II	Realizar 1 encontro com 2 integrantes de cada Elo para contribuições ao Plano de Trabalho com duração mínima de 12 horas	Número de contribuições ao Plano de Trabalho recebidas	Plano de Trabalho da Fase II consolidado	Relatório do Encontro dos Elos para construção do Plano de Trabalho
	Etapa Transversal	Etapa Transversal -Planejamento, Avaliação e Monitoramento	Reuniões mensais de planejamento (em cada agrupamento de município)	Realizar 48 reuniões mensais entre a equipe executora de cada agrupamento de municípios e respectivo coordenador com participação bimestral de no mínimo 2 representantes* de cada Elo do agrupamento	Número de reuniões realizadas em relação ao número de reuniões previsto	Planejamento mensal das atividades do projeto em cada agrupamento de municípios realizado	Relatório de reuniões de planejamento
			Reuniões bimestrais de planejamento (coordenadores de agrupamentos e coordenação do projeto)	Realizar 24 reuniões entre os coordenadores de agrupamento e a coordenação do projeto, com frequência bimestral	Número de reuniões realizadas em relação ao número de reuniões previsto	Planejamento bimestral das atividades do projeto realizado	Relatório de reuniões de planejamento
			Reuniões de planejamento e alinhamento (pós oficinas de formação da equipe)	Realizar 16 reuniões de planejamento e alinhamento com toda a equipe executora, com frequência trimestral	Número de reuniões realizadas em relação ao número de reuniões previsto	Planejamento e alinhamento trimestral das atividades do projeto realizado	Relatório de reuniões de planejamento
			Encontros trimestrais dos Elos por agrupamento de municípios	Realizar 4 encontros trimestrais com 5 integrantes de cada Elo por agrupamento de municípios, com duração mínima de 6 horas	Número de encontros realizados em relação ao número previsto	Projeto monitorado e avaliado a cada 3 meses por representantes dos Elos, por agrupamento de município	Relatórios de monitoramento e avaliação
			Encontros anuais de avaliação e monitoramento	Realizar 3 encontros anuais de Avaliação e Monitoramento com duração de 08 horas, para 40 pessoas	Número de encontros realizados em relação ao número previsto	Projeto monitorado e avaliado anualmente por representantes de todos os Elos, equipe da consultoria contratada, Ibama e Petrobras	Relatórios de monitoramento e avaliação
			Encontro de Culminância	Realizar 1 encontro de 16 horas com todos os integrantes do projeto, para 200 pessoas	Número de participantes no encontro em relação ao número previsto	Participantes do projeto informados dos resultados da Fase I e sobre o Plano de Trabalho da Fase II	Relatório do Encontro de Culminância
		Etapa Transversal - Sistematização das informações	Elaboração de relatórios anuais e da Fase	Sistematizar as informações do projeto em 3 relatórios anuais e 1 relatório da Fase	Número de relatórios elaborados em relação ao número de relatórios previsto	Atividades realizadas no projeto registradas	Relatórios Anuais e Relatório da Fase
			Elaboração de boletins anuais e da Fase	Sistematizar as informações do projeto em 3 boletins anuais e 1 boletim da Fase	Número de boletins elaborados em relação ao número de boletins previsto	Atividades realizadas no projeto durante a Fase registradas e disponíveis para divulgação	Boletins Anuais e Boletim da Fase
			Elaboração de relatórios audiovisuais	Registrar informações das atividades do projeto em 3 relatórios audiovisuais anuais e um da Fase	Número de relatórios audiovisuais elaborado em relação ao número de relatórios audiovisuais previsto	Atividades realizadas durante o projeto registradas e disponíveis para divulgação	Relatórios audiovisuais

* Os representantes dos Elos só participarão dessas reuniões após a formação dos Elos